

Introdução

Gostaria de externar, neste momento, quando os acontecimentos parecem atropelar o trabalho de acompanhamento antropológico, algumas preocupações e dar, ainda, alguns esclarecimentos no que se refere ao Convênio Xikrin/CVRD/Funai.

Entendo que este seja o momento oportuno para uma nova orientação no gerenciamento do Programa Xikrin. Para um melhor diagnóstico da situação atual e um maior esclarecimento à Companhia Vale do Rio Doce, se faz necessário um breve histórico de nossa atuação na área indígena, assim como reiterar orientações concretas para uma ação conjunta. Esta nos parece ser a melhor contribuição que ainda podemos oferecer.

A CVRD, por falta de entendimento da questão indígena, dos aspectos políticos e jurídicos, das pressões internas e externas à sociedade Xikrin, vem tendo uma certa dificuldade em realizar e assumir um trabalho articulado que estabeleça metas e diretrizes para orientar a atuação na área indígena. A nosso ver é essencial a participação dos índios na definição de metas e diretrizes, pois são eles a parte interessada do Convênio.

Durante estes últimos anos a antropóloga pode realizar um amplo trabalho e levantamento dos acontecimentos na área indígena, e que foram essenciais para uma apreciação e um maior apoio por parte da CVRD. De minha parte, além da importância de um projeto de desenvolvimento sustentado na área indígena, visando a auto - suficiência do grupo, a maior preocupação se refere à vigilância da Reserva. Neste últimos anos, venho tentando realizar uma interlocução qualificada com a comunidade

Xikrin a respeito dos danos ambientais causados pela extração descontrolada e ilegal de mogno, dentro da reserva, assim como, tentando, aos "trancos e barrancos", realizar as pesquisas necessárias para uma discussão e avaliação da possibilidade de implantação de um projeto de manejo florestal na área.

## A) Breve histórico

Durante anos os xikrin resistiram às constantes tentativas, por parte das madeireiras, em convencê-los a vender sua madeira. A partir de 1986, com a rarefação do mogno na região, inclusive em outras Reservas Kayapó, a área Xikrin se transformou no alvo principal das madeireiras. Em 1989, através de contratos ilegais assinados pelos índios, as madeireiras penetram na área. A maior parte da comunidade indígena, no entanto, não estava diretamente envolvida na extração e comercialização do mogno.

A forte pressão externa sobre os recursos naturais na área indígena, acelerou o processo de alteração ambiental a um ritmo que não permite o estabelecimento dos ciclos naturais e com grande impacto sobre o patrimônio florestal e as atividades tradicionais de subsistência. Por outro lado, o modelo de extração seletiva é uma exploração predatória, que retira da área as árvores mais valiosas do ponto de vista comercial, neste caso o mogno, revelando um potencial destrutivo incalculável com relação à floresta como um todo.

No decorrer deste processo, os índios Xikrin ficavam, sempre divididos entre aqueles que rejeitavam a venda de madeira e os que se aproximavam das madeireiras. No entanto, ambas as partes não se acomodariam diante desta situação e isto, de fato, os distinguiu de outros grupos Kayapó. Sempre houve por parte dos índios uma abertura para a interlocução qualificada com a antropóloga.

A constante demanda de interlocução permitiu que se avançasse na compreensão do que representa, no contexto das

disputas das facções internas, a inserção do grupo em atividades econômicas de produção de riqueza, através da exploração dos seus recursos naturais, de forma a lhes assegurar autonomia de gerenciamento, mobilidade e ao mesmo tempo suprir necessidades básicas de consumo. Diante desta realidade decidimos assessorá - los de forma diferenciada, dando - lhes a oportunidade de discutir a sua situação com entidades de apoio ao índio, engenheiros florestais e advogados. Ampliamos as discussões internas fornecendo as informações desejadas pela comunidade e questionando o rumo das mudanças e das opções possíveis.

#### Resumo dos acontecimentos:

- 1) 1987 fim do Grande Convênio Funai/CVRD. A Funai não tem como assistir os Xikrin do Cateté.
- 2) 1987 - Invasão da madeireira Paulo (?) na região do rio Bekware, limite oeste da reserva. Os índios surpreenderam os exploradores e os entregaram para a Polícia Federal com a intermediação da Funai de Marabá. Posteriormente a Funai e a madeireira entraram em acordo e os Xikrin foram indenizados. Os recursos foram administrados pela Funai de Marabá.
- 3) 1988 - Discutiram - se as cláusulas de um novo Convênio a ser firmado entre Funai e CVRD a partir da Resolução 331/86 do Senado Federal, qual seja, a de amparar as populações indígenas existentes nas proximidades da província Mineral de Carajás, no Município de Parauapebas (PA).

4) 1989 - Devido à morosidade burocrática da Funai, o Convênio que deveria ter sido firmado ao final de 1988, foi assinado somente em maio de 1989. Neste período os índios não tinham sequer munição para caçar, as pressões das madeiras aumentavam e em julho de 1989, apesar de todos os nossos esforços, o líder Karangré assina contrato de extração de mogno na reserva Xikrin. Neste mesmo ano a CVRD envia um técnico agrônomo à fazenda Tep - kré e à aldeia, com a intenção de iniciar um programa de atividades produtivas. Foram plantadas mudas de cacau na fazenda e diversas árvores frutíferas ao redor da aldeia. Apesar da boa intenção da CVRD, o plantio de cacau foi abandonado e as mudas na aldeia totalmente desprezadas pelos índios.

5) Em fevereiro de 1990 as antropólogas Isabelle Giannini e Lux Vidal com apoio do CEDI e do Núcleo de Direitos Indígenas, além da CVRD, realizam reunião em São Paulo, da qual participam as lideranças indígenas. Finalidade da reunião: anulação dos contratos e discussão sobre alternativas econômicas para o grupo.

6) Em março de 1990 os índios anulam o contrato firmado com a madeira Bannach. A antropóloga Isabelle Giannini, eu mesma, apresenta, ao CEDI, um projeto de estudo de viabilidade de manejo florestal na área indígena Xikrin. Lideranças Xikrin vão a Brasília para discutir com o Núcleo de Direitos Indígenas a questão da extração ilegal do mogno na Reserva.

Os índios, apesar de lesados financeiramente, ainda não tinham a consciência do alcance dos danos ambientais. No final daquele ano o Convênio Xikrin/CVRD/Funai gerenciado pela CVRD/ Rio passa a

ser gerenciado pela CVRD/ Carajás.

7) Em 1991 a madeireira Bannach vende seu contrato para a madeireira Perachi que passa a comandar a extração de mogno na área indígena. Nos meses de outubro e novembro iniciamos o trabalho de pesquisa florestal na área indígena através de um financiamento do Fundo Nacional de Meio Ambiente/SEMAM e administrado pelo CEDI.

8) Em fevereiro de 1992 a antropóloga Nancy Flowers, enviada pelo Banco Mundial, toma conhecimento, através da Dra. Lux Vidal, do projeto de manejo florestal na área Xikrin, cuja finalidade era a de, a médio prazo, incentivar a auto - sustentabilidade do grupo e minorar a sua dependência com relação às madeiras e à própria CVRD. A antropóloga Isabelle Giannini se reuniu, em março de 1992, na CVRD/RIO, com Dominique Babelon, do Banco Mundial, expondo o projeto, cronograma de trabalho e discutindo os primeiros dados obtidos na pesquisa de campo e que constam do relatório dirigido ao Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Em julho deste mesmo ano, vou à aldeia e tomo conhecimento da presença de garimpeiros na região do rio Aquiri. Os índios informam que a madeireira Perachi penetrou na área da Floresta Nacional Aquiri/ Tapirapé. Ao sair da área, peço que a Funai e a CVRD façam uma averiguação na área indígena. Retorno à aldeia no final de agosto para conversar com os Xikrin, reafirmando sua posição contrária à exploração das atividades garimpeiras na área.

Em outubro a comunidade Xikrin solicita a retirada imediata das

madeireiras de sua reserva. Solicitam a presença da Polícia Federal e pedem que a antropóloga ingresse com uma ação judicial contra as madeireiras. Em dezembro, vou até Marabá e as lideranças assinam uma procuração ao NDI - Núcleo de Direitos Indígenas.

9) No início de fevereiro foi realizada uma reunião em São Paulo, no Cedi, para discutir a situação na área indígena Xikrin e propostas para uma atuação conjunta. Estavam presentes nesta reunião: as antropólogas Isabelle Giannini e Lux Vidal; André Villas Boas do Cedi; Virgílio Viana e Sandra Pavan da ESALQ; Maria de Lourdes Davies de Freitas, Kátia Araujo Genes e Antônio Carlos Venâncio da CVRD.

Ainda em fevereiro, o advogado Sérgio Leitão, do NDI, o administrador da Funai Roberto Lima da Costa e a antropóloga Isabelle Giannini estiveram na aldeia para discutir com os índios a ação contra as madeireiras. Os índios aproveitam a ocasião para solicitar ao advogado uma assessoria ao Convênio Xikrin/CVRD/Funai. Eles nos informam das intenções desta Companhia em explorar cobre perto do rio Aquiri. Naquela ocasião os Xikrin desejavam vir até Carajás para se informar e tratar da morosidade do Convênio. Conseguimos convencê-los índios a permanecerem na aldeia e esperarem uma posição da CVRD. Logo na saída da área tivemos uma reunião com o Sr. Luis Carlos Neponucemo para informá-lo da situação e da necessidade de um maior apoio para que os Xikrin não sucumbissem novamente às pressões de outros grupos Kayapó, madeireiras e garimpeiros assim como para impedir conflitos diretos entre a Vale e a

comunidade. O gerente do Convênio concordou e considerei adequado voltar à aldeia para tranquilizar os índios. Ficou acordado sobre a necessidade da recuperação da estrada e, para esta finalidade, eu deveria elaborar um parecer antropológico assim como uma proposta para a vigilância, tendo a CVRD 10 dias para responder. Ficou acertada a construção imediata de 5 casas, a análise do orçamento para a continuidade das pesquisas florestais na área indígena, entregue por mim. Elabora, junto com os índios, por escrito, o nosso parecer e entrego à CVRD. Por outro lado, ficou estabelecido que haveria uma reunião de avaliação a cada seis meses com a presença de todos os envolvidos na definição e execução do Convênio ( Funai, CVRD, Comunidade Indígena Xikrin, antropóloga Isabelle Giannini e assessor jurídico da comunidade indígena). Solicitamos, naquela ocasião, uma cópia do EIA/Rima do Cobre Salobo assim como o orçamento e os gastos da CVRD com o Convênio Xikrin. Para esclarecimentos, o EIA/Rima foi obtido no IBAMA/Brasília pelo advogado Sérgio Leitão e o orçamento e gastos do Convênio ainda não foram apresentados.

Em março de 1993, após o consentimento dos índios e do levantamento dos documentos necessários, o Núcleo de Direitos Indígenas move uma ação contra as madeireiras, a Funai e o Ibama.

Em 05/04 recebemos, via fax, a resposta do Sr. Luís Carlos Neponucemo comunicando sua decisão a respeito da reunião do dia 08/03/93. Em sua resposta, a Companhia Vale do Rio Doce exime - se de qualquer responsabilidade sobre a vigilância da área indígena, prorroga o prazo de estudo da estrada de 60 dias para 120 dias, diz que já foi firmado o contrato para a execução



das casas na aldeia e em relação às pesquisas para a viabilidade do projeto de manejo na área responde que a CVRD já custeava assessoria antropológica, que a CVRD poderá eventualmente financiar a viagem de um consultor técnico e que irá adquirir através da Funai uma bússola e duas trenas (sic).

Reescrevo a seguir, na íntegra, a minha resposta a este fax.

Ilmo. Sr. Luis Carlos Neponucemo.

Considerando o teor da resposta, nos parece que a Companhia Vale do Rio Doce assumiu uma postura de não comprometimento em relação aos atuais problemas que envolvem os índios Xikrin do Cateté, amplamente discutidos nesses últimos quatro anos. Estávamos entendendo que as exaustivas reuniões entre a CVRD, especialistas e entidades de apoio, tinham alcançado um consenso no diagnóstico da situação atual dos principais problemas vivenciados hoje pela sociedade Xikrin, assim como na urgência de se articular apoios pontuais entorno de determinadas questões. Neste sentido, considerávamos óbvio que a CVRD estudaria uma maneira de redimensionar as metas do Convênio, de forma a contemplar as propostas consideradas prioritárias a partir desta discussão.

Entendemos que as propostas relacionadas com a vigilância da área, construção da estrada e principalmente o inventário dos recursos naturais, se constituíam num articulado de propostas consensuais, consideradas básicas para se manter o posicionamento atual da comunidade, diante das permanentes pressões para a exploração dos recursos naturais existentes

dentro do seu território. Ignorar a gravidade do contexto no qual a sociedade Xikrin está inserida e não se posicionar claramente frente às propostas apresentadas, coloca a CVRD como co-responsável de um processo que poderá conduzir a sociedade Xikrin a uma situação de penúria e desagregação social.

De nossa parte, gostaríamos de enfatizar nossa discordância na forma como vem sendo conduzido o Convênio nas suas prioridades. Temos procurado dialogar e conduzir, da melhor forma possível, as articulações necessárias para respaldar e fortalecer a resistência da sociedade Xikrin. Consideramos que a interlocução, até agora mantida com o grupo, define condições propícias para se desenvolver um trabalho piloto que venha se contrapor ao modelo regional de exploração predatório, adotado pelos demais grupos Kayapó.

Lamentavelmente, não existe da parte do governo brasileiro, ou daqueles que tem responsabilidade direta ou indireta sobre a consolidação de um modelo selvagem, caótico e predatório de ocupação e exploração da amazônia, um mínimo de compromisso, no sentido de respaldar e assessorar populações tradicionais de forma responsável. É urgente a necessidade de se criar condições para que essas comunidades possam se desenvolver economicamente, através da gestão dos seus recursos naturais e considerando parâmetros culturais que lhes são próprios.

Apesar de nossa perplexidade frente a postura assumidamente descomprometida da CVRD, manifestamos nossa disposição de continuarmos apoiando à comunidade Xikrin do Cateté a procurarem, por todos os meios legais, formas alternativas que

lhe permitam superar suas dificuldades, assim como auxilia - los no direito de decidirem sobre suas prioridades.

Prevenimos a CVRD tanto de Carajás como do Rio de Janeiro que este seria um ano difícil para os Xikrin. Deixamos bem claro que as pressões externas e internas ao grupo aumentariam e que o Convênio deveria, neste ano, suprir, mesmo que de forma emergencial, algumas necessidades dos Xikrin já que não existia ainda, por simples falta de entendimento entre as partes do Convênio, a possibilidade de se oferecer alternativas economicamente viáveis. A CVRD foi alertada do que poderia ocorrer se não cumpríssemos as propostas.

10) No início de abril o Sr. Antônio Carlos Venâncio, da CVRD, se desloca até à aldeia para comunicar, aos índios, a decisão da Vale. Os Xikrin advertem que irão a Carajás. Segundo os índios o Sr. Venâncio tentou de tudo para convencê - los a não se deslocarem. Em 25 de abril de 1993, a Funai de Marabá me comunica que os Xikrin pedem a minha presença em Carajás para uma reunião com a CVRD. Mais uma reunião!!! Participaram 51 índios Xikrin, eu mesma enquanto antropóloga, Sra. Tânia Maria Nunes Alencar (Funai/ Brasília), Sra. Francisca Rodrigues de Souza ( Funai/ Marabá), Srs. Luis Carlos Neponucemo e Antônio Carlos Venâncio da CVRD. Apesar do descontentamento dos índios, a reunião foi realizada nos alojamentos, fora do Núcleo Habitacional. Nesta ocasião deixei clara a minha posição em relação ao Convênio, mostrando inclusive a falta de um diálogo construtivo, a morosidade na atuação e execução do Convênio 453/89 e os problemas enfrentados na área. A uma certa altura da discussão,

os índios enfrentaram os representantes da CVRD, ameaçando parar o trem. Eu me coloquei imediatamente contrária a esta atitude. Mais uma vez, em vez de ser ouvida como uma profissional, eu, a antropóloga, servi de testa de ferro para a Companhia Vale do Rio Doce e fui altamente repreendida pelos índios. Segundo o líder Boatié: "Olha pode morrer índio, pode morrer tudo, a gente vai brigar". Após este episódio bastante tenso, discutimos (CVRD, Funai, representantes da comunidade Xikrin e antropóloga) o Convênio reelaborando as mesmas diretrizes já definidas desde o ano de 1992. Mais uma ata de reunião!!! Tanto eu como Sra. Tânia da Funai de Brasília pedimos aos índios um crédito de confiança.

11) No início de junho de 1993 a comunidade Xikrin solicita um sobrevôo para verificar a presença de madeiras na reserva indígena. Segundo os índios, o líder karangré havia autorizado a retirada de mogno. O sobrevôo foi realizado no dia 16/06 e constatada a presença de madeiras na área. Naquele mesmo dia, o chefe de posto deixa a aldeia para tirar férias, ficando na área somente uma enfermeira sem experiência para lidar com esta situação de conflito interno à comunidade. No dia 21/06 o líder Bepkaroti pede, via rádio, a presença imediata da Polícia Federal e da Funai, na área, para a retirada da madeira. O administrador da Funai de Marabá me comunica o fato, argumentando que a Funai não tem poder de Polícia e que ele comunicaria o ocorrido à Brasília, aguardando um posicionamento. Em seguida informo o NDI e peço para que este se comunique com o Presidente da Funai e solicite um posicionamento do administrador regional. Isto foi feito e a Funai de Marabá avisa os índios, pelo rádio,

que entrará na área com a FF. Ao chegarem no local, a madeireira já não estava mais presente. É bom lembrar que todas as madeireiras possuem rádios e escutam a frequência da Funai.

12) Em julho, a aldeia para discutir com os índios a realização do projeto de pesquisa florestal e informar que o NDI já havia movido a ação contra as madeireiras. Pede para os Xikrin resistirem às pressões externas e comunica-lhes a data da audiência pública do Cobre Salobo evidenciando a importância da presença de lideranças para que pudessem entender os mecanismos da lei, esclarecer dúvidas, além de ser esta a oportunidade deles se colocarem em relação ao projeto Cobre - Salobo.

13) Dia 7/08 é realizada a audiência pública do Cobre Salobo. Participam desta audiência, além da antropóloga Isabelle Giannini (credenciada pelo NDI) e do administrador da Funai, os índios Xikrin Katendjô, Roiri, Bepdjare, Kropidjô, Bepkamrik. Dia 14/08 a antropóloga entra na área indígena com três engenheiros florestais e dois pedólogos dando início ao projeto de pesquisa de manejo florestal.

14) Dia 31/08 a 03/09 uma reunião em Carajás com a presença de 91 Índios Xikrin, CVRD e Funai. (descrita e comentada no final deste relatório)

**B) Algumas considerações importantes e pontuais.**

Em julho de 1993, os índios Xikrin em uma reunião formal, no centro da aldeia, perguntaram para a antropóloga se ela estava gostando do projeto e disseram que todos estavam trabalhando para plantar bastante arroz e feijão e poder vender. Respondi que estava gostando muito das roças grandes e achava bom eles plantarem mas que, a meu ver, isto não era para vender mas sim para alimentá-los, diminuindo os seus gastos. Por outro lado, percebi que existia uma certa confusão com o termo "projeto". O termo que era definido por mim como manejo florestal, extrativismo, silvicultura, tinha sido empregado pela CVRD para roças de subsistência. Discuti e insisti na diferenciação e resolvemos realizar uma divisão entre o projeto 1 - roças de arroz e feijão - projeto 2 - manejo florestal.

Logo depois fui agressivamente questionada sobre o fato de ser madeireira e de estar ganhando 50.000 dólares da Vale do Rio Doce. Estas são as pressões externas, as mesmas que tentam convencer o líder Karangré a assinar um documento anulando a procuração feita por eles para os advogados do MDI. Torno, ainda que perdendo a minha paciência, a explicar o que é o projeto e onde seriam alocados os recursos. Se ficaram satisfeitos? Alguns sim, outros não, como sempre, falta ver para crer. E claro que tirem as suas dúvidas. Os índios levaram a ata de reunião do mês de abril, realizada em Carajás, para Tucumã e esta foi lida e comentada. Como eles dizem "não é índio Xikrin que está falando, é gente de fora, é também outros Kayapó, eles leram e está escrito que Isabelle vai ganhar 50.000 dólares para fazer projeto". Para mim fica evidente que as pressões daqui para frente

~~projeto~~. Para mim fica evidente que as pressões daqui para frente serão enormes contra a antropóloga, a Vale do Rio Doce, entidades envolvidas e principalmente contra os Xikrin e não devemos menosprezá - las. Devemos trabalhar de forma articulada, com transparência, dando o máximo de apoio possível aos índios para que eles possam se fortalecer enquanto grupo diferenciado.

Os Xikrin se cindiram no final de junho, porém, isto já estava sendo discutido na aldeia desde o ano passado. O chefe Boatié já havia inclusive realizado uma grande roça no local escolhido para a aldeia nova. Ela se situa à margem esquerda do rio Cateté, a 18 km de distância da aldeia mais antiga, no local tradicionalmente denominado de Djudjê - kô, na beira da estrada Cateté - Bekware. Vários fatores levaram à cisão: fator de subsistência e fator político. Apesar de Boatié desejar a mudança devido ao fato da área oferecer maior quantidade de caça, pesca e bons locais para abertura de novas roças, ele somente teve o apoio de seu filho Karangré neste ano.

Após a atitude de enfrentamento contra o Karangré, tomada pelo grupo e pela liderança de Bepkaroti, não havia mais a possibilidade de Boatié manter sua liderança perante todos. O Karangré, seguindo um modelo tão difundido entre os Kayapó, apoia a cisão e conseqüentemente se afasta do grupo contrário à exploração madeireira na área indígena. Ele desejava inclusive dividir a área mas, em uma atitude radical e apesar da cisão, todos se posicionam contrários a suas intenções e o advertem de que iriam matar a mulher com quem ele vive em Tucumã.

Com a cisão, e tendo sempre sido a liderança de Boatié

e Karangré muito forte e respeitada por todos, o grupo que permaneceu na aldeia velha se sentiu, de certa forma, orfão e sem chefia. "Olha Bel o problema é que estamos sem chefe, cadê o Bemoti, cadê o Bepkaroti? o que você acha que devemos fazer?". Deixei claro que este era um assunto interno deles e que eles teriam que conversar e resolver este problema sozinhos. Todos concordaram.

Mais tarde, soube que, no final de julho, aproveitando a ausência de Bepkaroti e a entrada do administrador da Funai, a comunidade da aldeia antiga realizou um comício, aos moldes dos políticos da sociedade regional, com direito a discursos e aplausos. No final, decidiram que Katendjô, Bepdjare e Roiri seriam os novos chefes. Bepkaroti toma conhecimento do ocorrido e pensa em se mudar para a aldeia Gorotire.

Chego na área em agosto para dar início ao projeto de pesquisa em manejo florestal. O líder Boatié estava aguardando na aldeia Cateté assim como todas as famílias que se haviam mudado para o Djudjê - kô. O líder jovem Karangré avisa pelo rádio que vai chegar à aldeia no dia seguinte para conversarmos todos juntos. Naquela ocasião conversei bastante com o chefe Boatié, pareceu - me que eles estavam se reestruturando. Ele estava mais tranquilo e calmo. Ele me explica que vai morar na aldeia nova mas que vai continuar a ser o chefe. Conversamos sobre o projeto e ele definiu quem iria acompanhar os trabalhos. Na reunião do dia seguinte, logo após a chegada de Karangré, falamos novamente dos trabalhos de pesquisa florestal. Expliquei o trabalho de cada especialista, quanto tempo eles permaneceriam na área, os dados



que eles iriam coletar. Adiantei sobre a possibilidade da extração da castanha ser a primeira atividade a ser implantada, logo no ano de 1994 e parabenizei - os por terem resistido e não terem sucumbido as pressões externas. Roatié falou das dificuldades enfrentadas pelo grupo, falta de alimento básico, munição etc... mas afirma que não iriam mais explorar madeira pois, segundo ele "depois que tira madeira só cresce paxiba". Eles reafirmam a sua vontade em trabalhar na castanha e querem extrair óleo de babaçu. O projeto de manejo florestal que inclui a possibilidade de extração controlada de madeira deverá ainda ser muito discutido. Apesar da área ter sido explorada, esta atividade é bastante distante da realidade dos Xikrin. Ela sempre foi gerenciada e realizada por pessoas de fora, ao contrário da castanha e da extração de óleo atividade já desenvolvida por eles. Os Xikrin estão satisfeitos com o projeto e mostram - se entusiasmados, com vontade de acompanhar e trabalhar.

Enquanto eu estava lá os índios Xikrin receberam um rádio de Redenção de um Senhor denominado Polemiu (?) dizendo que ele tinha autorização do Congresso Nacional para explorar o mogno em área indígena. Os Xikrin me perguntaram se isto era verdade.

Fui informada, pelos índios, que uma companhia mineradora denominada Minerasul pretendia realizar pesquisas dentro da área indígena, na serra da mutuca, ao sul da reserva. Segundo eles, a mineradora propoz que alguns índios acompanhassem os trabalhos, sendo inclusive remunerados pelo serviço prestado. Eles disseram que tinham autorização da Funai de Belém. Na minha saída tentei obter alguma informação junto ao administrador da

Funai que disse não ter conhecimento do assunto. Mais tarde soube por Tânia Alencar que a Minerasul havia solicitado autorização à Funai de Brasília sendo esta negada. Pedi ao NDI que verificasse o caso.

Tendo resolvido estas questões, os índios passaram para outro assunto. Os Xikrin queriam discutir sobre o projeto Cobre Salobo e resolver os seus problemas com a Companhia Vale do Rio Doce.

De minha parte expliquei que após a audiência pública a Secretaria de Meio Ambiente do Pará solicitaria uma resposta As questões colocadas e entregues por escrito, tendo a CVRD 30 dias para responder. O líder Karangré se posicionou e colocou o seguinte: " Para vocês é sempre estudar, estudar. Faz tempo que a Vale está brincando com meu pai, agora ela vai conversar comigo. Não é com você, com a Funai, é comigo mesmo que ela vai falar. Eu quero que ela venha aqui dizer o que vai tirar lá no Salobo. O pessoal já me contou da audiência em Marabá, lá tinha os prefeitos, tinha muita gente falando, eles vão ter que vir aqui, todo mundo conversar com os Xikrin. Ai nós vamos pensar se deixa ou não tirar. Tem que explicar para o meu povo. Eu estava lá fora, não queria saber de nada, agora eu vou ajudar, eu sou o chefe. Você vai ficar quieta, calada, só Xikrin que vai ouvir e falar direto com a Vale. Olha, você também está cansada, está como meu pai, vocês falam, falam, escrevem papel, coloca assinatura e só fica no vai estudar. Agora vai ser do meu jeito." Tudo isto foi repetido diante do Sr. André Villas Boas do CEDI.

Faltava ainda ouvir o líder jovem Repkaroti e eu tinha

certeza que ele viria enquanto eu estivesse na área. Dito e feito, ele chegou a pé, cansado e irritado por ter andado 50 km do Bekware até a aldeia. Ele fez as mesmas considerações que Karangré mas de forma muito mais agressiva, culpando a antropóloga, isto é eu, pelo fato de não saber negociar. Em relação à organização social dos Xikrin ele colocou que tudo seria como antes, isto é, os líderes Boatié e Bemoti serão responsáveis pelas compras e sua distribuição, ele e Karangré serão os intermediários entre a sociedade envolvente e a comunidade Xikrin.

Pensei, que desabafo! Os Xikrin, enfim, após quatro anos de desestruturação social, danos ambientais, confrontos externos e internos à comunidade, estão conseguindo se reequilibrarem e recolocarem as coisas nos seus devidos lugares.

Os líderes Boatié, Bemoti, Karangré e Bepkaroti haviam perdido sua credibilidade perante o grupo, primeiro por não terem, durante estes anos, conseguido negociar e gerenciar o seu Convênio com a Companhia Vale do Rio Doce, segundo por não terem conseguido administrar a extração de mogno na área. Chamá - los para as suas responsabilidades, pressioná - los e direcioná - los foi uma árdua tarefa, conquistada pela comunidade. Em todo caso eles estavam satisfeitos com o acompanhamento do Sr. Jozino da CVRD, nas roças, do início das pesquisas para o projeto de manejo e principalmente pelo início dos trabalhos para a recuperação da estrada.

Diante da dinâmica dos últimos acontecimentos, das transformações ocorridas na área, das dificuldades financeiras pela qual passa o grupo, da vontade dos Xikrin de obterem

informações sobre o Cobre Salobo e sem desejar sequer ouvir a antropóloga, a CVRD, ao recusar o pagamento da recuperação da estrada, fomentou uma nova crise, dando aos Xikrin motivos suficientes para que eles assumissem o Convênio em grande estilo Kayapó, sem intermediação possível e de forma muito agressiva. A conversa seria com a Vale. Se por um lado, os próprios índios, apesar de terem solicitado a minha presença na reunião, não queriam que eu falasse, eu mesma já estava cansada.

Este hábito que a própria CVRD criou ao negar constantemente as demandas dos índios está cansando a todos e se tornando cada vez mais insustentável. Esclareço que esta <sup>situação</sup> é muito mais difícil e cansativa para os próprios índios Xikrin e isto fica evidente na fala do velho índio Kenpoti: " Eu estou acalmando os guerreiros, só eu e o Itacaiúnas que estamos acalmando, pode escrever, escreve eu não vou conseguir e vou abrir para eles brigarem, pode escrever o que vai acontecer, vai todo mundo brigar. Pode dar tudo, eu não estou pedindo, eu estou falando. Não é brincadeira, se não vai fazer, eu vou falar amanhã de novo, depois de novo e depois. Se não fizer eu vou buscar todo mundo na aldeia, vem homem e vem mulher, vamos todos morar aqui na serra."

A descrença nas atas elaboradas e nas promessas não cumpridas pode ser visto no discurso de Roiri " Vocês sempre falam que vão ver, que vai fazer, que vai estudar. Nós não queremos mais esperar. Nós vamos comprar o caminhão novo e vocês vão dar agora um cheque pré - datado, acabou a brincadeira. Nós vamos parar o minério."

A retomada da liderança de Karangré pode ser sentida na sua fala final " Eu sou chefe todo poderoso de meu povo. Eu quero conhecer o superintendente da Vale".

Muito mais importante e significativo do que as palavras foram os gestos, as atitudes e a maneira como os Índios conduziram a sua reunião em Carajás.

C) Descrição da reunião.

Era uma quinta - feira, 26/08/93, três dias após a minha saída da área indígena, estou em casa, colocando em ordem as minhas anotações, vou redigir um relatório, não tive nestes últimos meses, tempo para pensar e escrever, eu não posso perder o fio da meada. O Sr. Jozino da Vale do Rio Doce telefona: " Bel, o Venâncio pediu para informar que a Vale não vai realizar o pagamento da recuperação da estrada Bekware - Cateté." Fico embasbacada. Eles não querem sequer saber o que poderá ocorrer, qual a vontade dos Índios, quais as pressões em cima da Funai e da antropóloga. O não da CVRD soa autoritário, como sempre, isto me parece ser uma brincadeira de mal gosto. Poderia ter desligado o telefone, não, de novo tentei alertar a CVRD, de novo solicitei que o Sr. Venâncio me ligasse. Eu precisava falar, não dá tempo para escrever. O telefone toca, o Sr. Roberto da Funai de Marabá: "Bel, imagina que a Vale passou um fax dizendo que não vai pagar a recuperação da estrada. Eu vou ter que falar com os índios, a gente vai ter que vender gado. Isto parece brincadeira. Eu avisei que ia fechar o contrato, você foi para a Serra e avisou e agora eles mandam este fax. Eles nunca querem conversar." Pedi para o Roberto me mandar o fax. Informei que eu iria tentar falar com o Venâncio e explicar a situação e coloquei que eu iria entrar em contato com o Sr. Sérgio Leitão do NDI. Pedi para que a Funai aguardasse um pouco antes de falar com os índios. Que ingenuidade de minha parte!

Eu estava ficando apavorada, porque? Simplesmente por saber que os índios uma vez informados, a bomba iria estourar. E

o Venâncio que não liga !!! Sexta - feira de manhã, nada do Venâncio ligar, mais uma vez dou o primeiro passo, ligo para ele. Falo, falo e falo.... Será que ele está entendendo? Acredito que não. Bom, ele me pede um parecer antropológico (sic) sobre as ocorrências na área. Que piada! Comecei a escrever, não mais sobre aquilo que eu estava pretendendo, mas, um parecer antropológico que poderia se chamar um parecer intuitivo emergencial. Sento na frente do meu PC, passa sábado, domingo, não consigo escrever uma palavra sequer mas continuo sentada. A bem da verdade, o fato é o seguinte: a estrada já foi discutida em 1990, ainda no tempo do Rio de Janeiro, em 1991 em Carajás novamente em 1992 e 1993. Esta me cheirando a história do poço artesiano que levou uma década para ser perfurado. Acho que estou cansada. Tenho que pensar no projeto, este sim é um trabalho difícil, de responsabilidade, com propostas bem definidas, com inúmeros problemas avaliativos e de definições. Tenho que pensar nas diretrizes, nas metas, nas reais possibilidades de implantação, nas relações sociais, nas diferentes políticas que envolvem tal projeto, olhar um pouco mais para as facções políticas internas à comunidade, pensar na melhor articulação necessária para o êxito de tal projeto. Nada disto, a questão agora é a bendita estrada. Mais um parecer antropológico!!! Mas como falar sobre a estrada sem falar de tudo o que já está acontecendo?

Segunda - feira 30 de agosto, logo cedo, o Sr. José Luiz Montenegro no telefone: "Recebemos um rádio dos Xikrin solicitando a sua presença e a do Sérgio em Carajás." Outra

reunião, quando? Não se sabe. Telefone para o Sr. Waldir. Já falei com o Venâncio e nada, quem sabe com o Waldir. Ele não está, a secretária me informa que está numa reunião com os índios. Já!!! O telefone toca, Waldir no telefone: "Tem 91 índios aqui em Carajás, eles estão bravos, dá para você vir para Carajás no avião das duas horas." Não tenho condições, muito em cima da hora. Viajarei na terça - feira.

São dezbito horas, o dia inteiro voando, no aeroporto de Carajás me encontro com os Srs. Venâncio e Waldir. Segundo eles, os índios estão mais calmos, a CVRD vai pagar a estrada e a construção das 5 casas, já foi passado um fax, autorizando a Funai. Brincadeira né!!! Tanto que parece brincadeira que os próprios índios não acreditaram. Depois da CVRD passar o fax, o índio Roiri telefonou para a Funai de Marabá pedindo que eles lessem o que estava escrito no papel. Ah!! não são trouxas, querem confirmar se tudo está nos seus devidos lugares. "Então está tudo resolvido?" pergunto eu? O Sr. Waldir me disse: "Olha Bel, o problema é que agora eles estão pedindo aumento de mensalidade e um caminhão. O aumento até que dá mas o caminhão não, é muita coisa. Eles estão bem, querem conversar de novo amanhã. Daria para você falar com eles?" "É claro, vou até o hotel e depois eu conversei com eles". No hotel estava a Sra. Francisca da Funai de Marabá. "Olha Bel eles estão super calmos. Está tudo bem desde que eu cheguei, não vi nada de agressivo por aqui." Fui tomar um banho, batem na porta, é a Francisca: "Embora Bel, embora que os índios bateram em alguém". Fomos até o hospital para ver o rapaz atacado. A borduna pegou no braço,



quebrou o seu cotovelo. O que aconteceu? alguém brincou de índio americano, gozando dos Índios. São estas coisas pequeninas que causam os maiores estragos. Vou até os alojamentos para conversar com os Índios. Eu mesma já não tinha a certeza de nada ou será que pela primeira vez senti medo. Sim acho que era medo. Não prevalecia mais a razão.

Os índios estavam reunidos no alojamento, no centro, o administrador da Funai. Ao me verem os índios baixam a cabeça, vergonha! eles sabiam o que eu iria dizer, os Xikrin me conhecem. Faço o meu discurso rotineiro contrário às agressões, aproveito para tentar conversar com eles sobre a questão do caminhão. Nada feito, a conversa é com a Vale. Eles me mostram pedaços de ferro que pegaram na mina e o velho Índio Kenpoti me disse: "Você não sabe nada, aqui neste lugar era aldeia antiga, aqui muitos brancos mataram índios." Fiquei quieta, olhando, eram todos jovens, prestes a brigar. O Roberto falava com eles, respondia às perguntas, falava das dificuldades de gerenciamento do Convênio. Eu não prestava atenção, minha cabeça estava para explodir e os Índios perceberam. O Bepkaroti chega perto e diz: "Tá certo Bel a gente não bate mais e você diz para eles respeitarem a gente." Pronto posso ir embora dormir. Ligo para Sérgio em Brasília e peço para que ele venha. Uma noite muito mal dormida. Porque? Fiquei a noite toda pensando se tudo isto seria realmente necessário, se isto não estaria se tornando um vício maldito. Como posso pensar em educação, em projeto de desenvolvimento sustentado, em gerenciamento dos recursos florestais, na capacitação técnica dos índios se a situação está tão confusa e

quando, na verdade, poderia prevalecer o bom senso.

Clareia o dia, chega a hora da reunião. Os índios chegam, descem dos ônibus e tomam conta da situação. Passo a observar cada gesto, cada atitude, e de certa forma vou me descontraindo, relaxando e quem sabe voltando a ser uma antropóloga: observação - participante. Não foi isto que aprendi na minha profissão?

O Sr. Waldir me pergunta como está a situação mas eu não tinha realmente como responder. Eu estava observando. A única coisa que eu sugeri é que eles deixassem os índios conduzirem a reunião. As portas do clube estavam fechadas, os índios não gostaram e mandaram abrir. Ficaram dois índios em cada entrada, parados, retos como estátuas, segurando a borduna. Quando passava alguém na calçada eles apontavam com o dedo mandando entrar na reunião. Ela seria aberta para todos ouvirem. Isto durou um bocado de tempo. Eu até que estava me divertindo. Passou na rua uma classe inteira de crianças, os índios convidaram para entrar. Um índio Xikrin se posicionou na entrada do auditório e deu uma aula para as crianças. Explicou para a meninada quem eram os índios e o que estavam fazendo ali e, em seguida, foram liberados. Formidável, este é o respeito que eles querem. Foi comunicada que estávamos esperando a chegada de representantes de Parauapebas. Os índios haviam telefonado solicitando a presença do prefeito e do representante da Câmara Municipal. Tudo bem vamos esperar. Chegaram, só que o prefeito enviou o secretário das finanças para representá-lo. Fomos convidados a sentar, na mesa, de frente para os índios e, do lado de fora, o público

arrebanhado nas ruas de Caraiás.

O líder Karangré está no comando. Apresenta a todos. Sou apresentada como "a antropóloga". O facão batia na mesa, os Xikrin estavam exaltados, rodavam as bordunas e os discursos eram traduzidos na íntegra pelo Karangré. O que eles pediam: um caminhão, aumento da mensalidade. Mesmo discurso de ontem. Opa! algo de novo, eles queriam uma D20 para o líder Karangré. Epa, isto não vai fer fim. Deixa rolar, vamos observar. O Waldir responde que haveria o aumento da mensalidade e ofereceu um caminhão usado da CVRD. Nada feito, os índios ficam mais bravos ainda. Querem um caminhão novo e querem o carro do Karangré.

Fausa para negociar. Os índios vão almoçar enquanto isto vamos conversar com o substituto do superintendente da CVRD. Sou questionada, querem saber se os índios vão embora, "os japoneses estão chegando, se dermos o caminhão isto vai parar". Não sei, acho que sim, não consigo ainda pegar o fio da meada. Tenho que observar um pouco mais. O Karangré está se fortalecendo. A comunidade o quer como chefe, e está apoiando suas reivindicações. Por enquanto não acho que vão abrir mão de qualquer coisa que seja. Sugiro que se dê o caminhão e que se negue o carro do Karangré. Estratégia, não, a minha razão ainda não se foi e sei o que pode acontecer, na comunidade que ficou na aldeia e o que isto significa para as outras lideranças, se a Vale lhe der o carro.

Retornamos à reunião. O Sr. Waldir coloca que conseguiu o caminhão novo e disse não para a compra da D20. AH!!! o Karangré não gostou e estimula a todos para falarem novamente com

força total. Peço a palavra, o Karangré não deixa, ele me conhece, sabe do que sou capaz. O Waldir está do meu lado, ele diz que vai deixar o recinto, acho bom, vamos parar e pensar um pouco, voltamos a conversar amanhã. Estamos todos exaustos, índios incluídos. Tomo duas cervejas para relaxar um pouco. Tenho que conversar com os Xikrin. Chego lá, todos estão banhados, parecem mais acessíveis. Percebo que fiz a coisa certa. Muitos estão satisfeitos e não falam mais do carro de Karangré. O assunto agora é outro. Eles querem uma mensalidade de 38.000 dólares mensais. Vai começar tudo de novo. Digo a eles que poderíamos discutir sobre o assunto numa próxima vez.

A noite nos reunimos para conversar, Srs. Cineli, Waldir, Marlucio e Túlio todos da CVRD, Sr. Roberto e Sra. Francisca da Funai e eu. Assunto: saber como agir frente às pressões dos índios. A pergunta foi a seguinte: "o que devemos fazer?". Eu mesma queria ouvir a Funai. Eu tinha a minha resposta e esta todos conheciam, era não ao carro do Karangré. O Roberto disse que também achava que não, mas que se a CVRD quizesse dar, tudo bem. Olhei para o Sr. Waldir, para todos os presentes e disse: "é não, vocês entenderam, é não".

Estavam preocupados, aliás eu também mas fui categórica não por ter certeza que os índios aceitariam mas porque eu considerava que dizer não seria a atitude mais correta.

No dia seguinte nova reunião, o Sr. Waldir conversa com o Karangré somente na presença de Roberto da Funai e de mim mesma. Ele diz que não vai comprar a D20 mas que pode reformar o jeep de Karangré. Karangré escuta, olha para mim como que dizendo "foi você" e aceita. O Sr. Waldir repete o que disse para o

Karangré frente a toda a comunidade e todos, após ouvirem o Karangré, concordam e aproveitam a oportunidade para falar sobre o aumento da mensalidade. Karangré disse: " Nós só estamos falando, é para a Vale ir pensando. Vamos conversar no dia 4 de outubro." Fim da reunião, fim das pressões. Por enquanto.

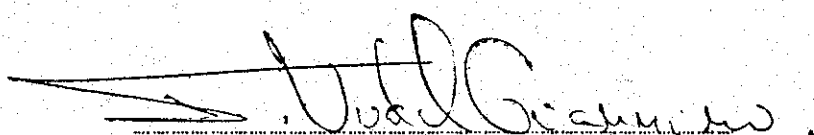
Os índios foram embora. Fomos, Sr. Roberto e eu para uma reunião <sup>com</sup> representantes da CVRD. Pergunta: "sem querer ofender é claro, qual o papel da antropóloga e quem faz a cabeça dos índios?" Esclareci o meu trabalho nos termos do Convênio, acrescentando que eles estavam subestimando a capacidade de entendimento dos índios.

Esclareci que a antropóloga é uma pessoa contratada com a finalidade de fornecer assessoramento técnico em relação ao Convênio Xikrin/CVRD/Funai. O antropólogo verifica, questiona, adequa medidas, denuncia, norteia e equaciona diretrizes e propostas. Durante todo este Convênio a antropóloga trabalhou basicamente só executando duas cláusulas importantes do Convênio: vigilância e atividades produtivas.

Esclareci que existem duas formas de se trabalhar. Ou conseguimos trabalhar todos, Xikrin, antropóloga, Funai, CVRD e entidades de forma articulada, transparente e séria, cumprindo com as metas e diretrizes propostas em conjunto e de forma consensual, analisando e reavaliando sempre nossa atuação, ou irão ocorrer periodicamente o tipo de conflito que assistimos na última reunião ou, pior ainda, os Xikrin sucumbirão novamente as pressões vindas do eixo Tucumã - Redenção.

Durante esta reunião voltaram no meu pensamento as

colocações do Sr. Marconi Viana feitas numa reunião com o Dr. João Paulo Botelho. Naquela ocasião o superintendente estava estarecido com o boato da antropóloga assinar contratos com madeiras. Mesmo, sob uma falsa acusação, continuei meu trabalho que na verdade era de responsabilidade da Funai e da CVRD. Fiz a meu modo, dialogando, pedindo apoio externo ao Convênio, trabalhando e reunindo documentação. Pronto, aí vai a minha resposta: uma ação judicial, movida pelo NDI, a pedido dos próprios índios, com 37 documentos comprobatórios e que visa condenar a Funai e o Ibama a cumprirem com a obrigação de proteção à área Xikrin, além exigir o pagamento de indenização por parte das madeiras Bannach e Perachi. ~~XXXXXXXXXX~~

  
Isabelle Vidal Giannini  
Antropóloga do  
Convênio Xikrin/CVRD/Funai